



UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo



Abril: unidade para enfrentar as demissões e o calote



Enquanto os Civita mantêm patrimônio de R\$ 10 bilhões, 1500 famílias de trabalhadores são prejudicadas

Em Campinas, proposta de acordo após sete meses de greve no Correio Popular

pág. 11/12

Onde estão os negros?

A invisibilidade nas colunas de jornal

pág. 10

Jornais e Revistas

Na capital, categoria renova Convenção Coletiva

pág. 10

Unidade Entrevista

Franklin Valverde e os desafios da Comissão de Ética

pág. 9

SJSP e o leitor

Sindicalização

Ana C. C: Além do MTb, quais os documentos necessários? Consigo resolver tudo *on line*?

SJSP: Apresentando o MTb e a comprovação do exercício profissional, sua sindicalização já está valendo! O Sindicato pede também outros documentos (como o RG e foto 3x4), para completar sua ficha de cadastro (se não enviar, a filiação continua válida, com informações pendentes). Você pode preencher a ficha no www.sjsp.org.br/pagina/seja-um-associado e enviar tudo pelo e-mail e whatsapp.

Demissões na Abril

Marina S: Gostaria de reforçar a necessidade do SJSP se posicionar com relação à situ-

ação dos jornalistas que atuam como freelancers na Editora Abril, dado o pedido de recuperação judicial da empresa. Somos muitos e, nesse momento, acabamos desamparados.

SJSP: a questão dos freelancer está incluída na pauta de debates com a Abril, na qual reivindicamos tratamento igual ao dos créditos trabalhistas. O Sindicato criou um banco de dados para reunir as informações desses jornalistas. Para incluir seus dados no cadastro, contate o jurídico (11 - 32176299, ramal 2).

Calote da Abril repercute nas redes

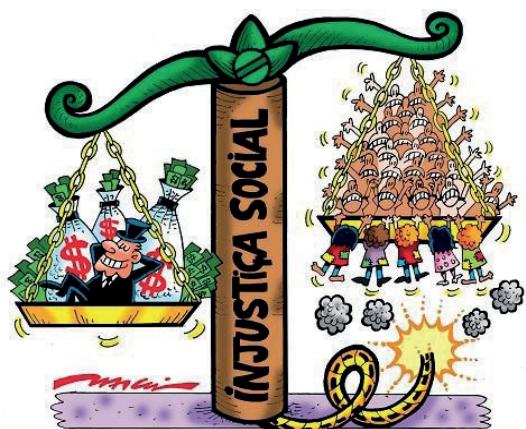
A nota "Abril demite e não paga", divulgada em 20/8 pelo Comitê de Jornalistas Demitidos da editora, teve ampla repercussão nas redes sociais

do SJSP com muitas críticas à empresa e solidariedade aos colegas.

Na fan page, Yara S. postou: (...) "Eu até tento achar palavras para traduzir o que sinto com tudo isso, mas não consigo. É triste, é revoltante, é angustiante, é frustrante. Mas é bem mais que isso também. No mês em que completo 13 anos de formada na profissão que sou completamente apaixonada, o único sentimento que tenho é de impotência!". Para Juliana G "é muita tristeza ver a Abril caindo assim, e passando a perna em quem mais fez para ajudá-la a se manter de pé..."

Laion C. comentou ainda: "De acordo com a revista Forbes, a família Civita possui uma fortuna estimada de US\$ 3,3 bilhões. Na conversão para o Real, os herdeiros da Abril

têm um patrimônio líquido combinado de aproximadamente R\$ 13 bi. (...) A elite brasileira é mesquinha e predatória -- e este caso apenas revela o caráter de classe da turma do andar de cima. Espero que a situação se reverta (ou, ao menos, se altere um pouco) em favor dos profissionais prejudicados pela irresponsabilidade de seus ex-patrões".



UNIDADE

Órgão Oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo

Diretoria Executiva

Presidente

Paulo Zocchi

Secretária-geral

Cândida Vieira

Secretário de Finanças

Claudio Soares

Secretário do Interior

José Eduardo de Souza

Secretária de Comunicação e Cultura

Priscilla Chandretti

Secretário de Relações Sindicais e Sociais

André Freire

Secretária de Sindicalização

Lílian Parise

Secretária Jurídica e de Assistência

Evany Sessa

Secretária de Formação Sindical e Profissional

Ana Flávia Marx

Diretores de Ação Sindical

Alan Rodrigues, Ana Mina-deo, Cláudia Tavares, Clélia

Cardim, Érica Aragão, José Augusto Camargo, Marlene Bergamo, Michele Barros, Raphael Salomão, Ricardo Vital, Sérgio Kalili, Solange Melendez e Thiago Tanji

Comissão de Registro e Fiscalização do Exercício da Profissão (Corfep)

Eduardo Viné, Flávio Carranca e Jorge Araújo

Diretores Regionais

ABCD

Cadu Bazilevski

Bauru

Sérgio Paes

Campinas

Marcos Rodrigues

Piracicaba

Patrícia Sant'Ana

Ribeirão Preto

Aureni Menezes

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira

Fernanda Soares

Santos

Solange Santana

Sorocaba

Fabiana Caramez

Diretores de Base do Interior ABCD

Jô Miyagi, Peter Suzano, Roberto Parizotti e Vilma Amaro

Bauru

Antônio Ramos, José Reis, Ricardo Santana, Sérgio Borges e Tânia Brandão

Campinas

Agildo Nogueira Júnior, Leila de Oliveira e Ricardo Andrade

Piracicaba

Adriana Ferezim, Gustavo Franco Annuciato, Martim Vieira Ferreira e Paulo Roberto Botão

Ribeirão Preto

David Radessa, José Luiz Lançoni, Nilton Pinati Júnior

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira

e Sérgio Sampaio

Santos

Carlos Alberto Ratton, Carlos Norberto Souza, Matheus Müller e Reynaldo Salgado

Sorocaba

Abner Laurindo e Pedro Jorge Courbassier

Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira

Edvaldo Antonio de Almeida, Rita de Cássia Dell Aquila e Victor Cruz

EXPEDIENTE

Diretora responsável: Priscilla Chandretti (MTb 13.463/MG)

Editora:

Flaviana Serafim (MTb 83.170/SP)

Imagem de capa: Cadu Bazilevski

Diagramação: Paulo Henrique (MTb 0001939/AL)

Impressão:

Bangraf - Tiragem: 4.000 Fone (11) 2940-6400

Os artigos assinados não refletem necessariamente a opinião do jornal ou do Sindicato.

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja. CEP 01220-010. São Paulo - SP Tel: (11) 3217-6299

sjsp.org.br

unidad@sjsp.org.br

/JornalistasSP

/SindicatoJornalistasSP

CRISE NA ABRIL, RETRATO DO PAÍS

Surpresa e indignação tomaram a nossa categoria com a demissão em massa de 800 funcionários da Abril, sendo 150 jornalistas, em 6 de agosto. Houve junto o fechamento de 11 títulos, vários deles líderes de seus segmentos, como Arquitetura e Construção, Guia do Estudante, Boa Forma, Elle e Casa Cláudia.

O mais grave veio dez dias depois, quando, de forma ardilosa, a empresa recorre a uma recuperação judicial: os demitidos não receberam nada, e o que lhes é devido foi remetido a um futuro incerto. No bojo do calote, foram envolvidos também centenas de profissionais demitidos desde dezembro, cujas verbas rescissórias haviam sido parceladas (violando a lei), e centenas de freelancers que não receberam.

Mesmo em meio à eleição da entidade, que ocorreu de 7 a 9 de agosto, o Sindicato esteve presente na empresa desde o início das demissões, procurando organizar a categoria, resistir e reverter o processo que estava em curso. Novamente, uma empresa de comunicação apunhala os jornalistas: três dias antes, a Abril negava peremptoriamente a iminência de qualquer demissão.

Empresa falida, donos ricos

A derrocada da editora Abril traz vários elementos para debate. Como sindicato de jornalistas, a primeira preocupação é a luta pela defesa do emprego e dos direitos trabalhistas. Lamentamos, também, assistir à destruição de cadeias de

informação jornalística construídas ao longo de décadas por gerações de profissionais. O fechamento de importantes títulos deixa leitores órfãos, empobrece culturalmente o país e diminui o jornalismo – tanto em sua dimensão informativa, fundamental a uma sociedade democrática, quanto no aspecto econômico concreto, de geração de centenas de empregos.

Com a recuperação judicial, soma-se às demissões a imoralidade do calote, ainda mais chocante pela família Civita, proprietária da empresa, figurar em listas das famílias mais ricas do Brasil. A fortuna dos três irmãos – acumulada no essencial com a editora Abril, em seus 68 anos de existência – é estimada em cerca de R\$ 10 bilhões. É por isso que as quatro categorias envolvidas (jornalistas, gráficos, administrativos e distribuidores) entregaram uma Carta Aberta à Família Civita reivindicando que assumam a dívida trabalhista.

Mercado aberto

Diante da derrocada, muitos profissionais se manifestaram – com razão – criticando a gestão, com negligência flagrante da condução editorial e foco exclusivo no resultado econômico. Mas é preciso destacar as questões de fundo que atingem o conjunto das empresas de comunicação.

Vivemos um momento de profunda crise dessas empresas: se podemos afirmar, com certeza, que o jornalismo é mais necessário do que nunca no complexo mundo atual, é verdade também que o mo-

delo de negócio empresarial no setor está em xeque.

Costuma-se abordar esse assunto pelo viés do “avanço tecnológico”, e é notório que há uma mudança nas formas de circulação da informação. Um ponto-chave dessa transformação, porém, é que esse mercado nacional passou a ser dominado por empresas multinacionais, e particularmente pelas norte-americanas Google e Facebook.

A legislação determina que ao menos 70% do capital de qualquer empresa de comunicação no Brasil seja de brasileiros – medida de defesa da soberania nacional em um setor estratégico –, mas, neste novo ambiente, o capital estrangeiro entra sem qualquer barreira. Como resultado, cai drasticamente a receita de circulação das empresas nacionais, e os recursos de publicidade são drenados por empresas que faturam com a informação jornalística, mas que praticamente não geram empregos. O empresariado olha suas empresas sendo demolidas sem reação, com a preocupação básica – como no caso da Abril – de preservar o patrimônio particular.

Esse retrato do nosso segmento é um exemplo da submissão total do país a interesses contrários aos da população brasileira, que quer emprego, salários, direitos – e também a garantia de seu direito à informação.

A crise e as eleições

As centenas de trabalhadores dispensados se somam, neste momento, aos outros

milhões de desempregados pelo país. Para o conjunto da classe trabalhadora brasileira, incluindo os jornalistas profissionais, há muita coisa em disputa neste mês de outubro.

Estão em jogo a possibilidade de reversão de medidas nefastas como a “reforma” trabalhista que, entre outras coisas, dificultou enormemente a luta contra as demissões coletivas; a defesa do patrimônio público e da soberania nacional; e a necessidade de garantir direitos e cidadania aos setores mais oprimidos da população.

No centro da cena, a luta pela volta da democracia, contra o golpe que fez emergir a podridão dos defensores da tortura, que a nossa categoria tanto combateu. É o povo trabalhador quem pode derrotar os golpistas e seus apoiadores.

Justamente neste momento, impedem, nas eleições presidenciais, a participação de Lula, que representa aos olhos de amplos setores da classe trabalhadora a chance de fazer valer a vontade da maioria. Para este Sindicato, as eleições de outubro – mesmo atingidas pela marca da ilegitimidade – são um momento de prosseguir numa luta permanente pela soberania popular. Por isso, a direção do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo se soma à CUT quando essa afirma que não se trata de uma eleição qualquer, mas de uma batalha decisiva para o futuro do povo brasileiro.

Direção do SJSP

Nova direção toma posse no Sindicato dos Jornalistas

Prioridade é defender direitos da categoria e lutar contra a precarização da profissão



Dirigentes eleitos para o mandato 2018-2021

A nova direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) iniciou o mandato 2018-21 em 23 de agosto, após a eleição da chapa única – “Audálio Dantas – Por Direitos e Democracia”. O nome presta homenagem ao jornalista que foi o mais importante presidente da história do SJSP, e que morreu no final de maio, aos 88 anos.

Na cerimônia de posse, em 1º de setembro, a nova direção reforçou os compromissos firmados durante a campanha – aprofundar a atuação da gestão anterior na organização dos jornalistas a partir dos locais de trabalho, e defender a categoria contra a retirada de direitos e a precarização diante da “reforma” da CLT.

“Temos ainda que aprofundar o debate sobre o presente e o futuro da profissão com as mudanças nas relações trabalhistas, e construir um Sindicato mantido pela própria categoria, instrumento de defesa de direitos e do jornalismo de qualidade”, afirma Paulo Zocchi, presidente do SJSP.

A união com as demais categorias da comunicação, como radialistas, gráficos e artistas, está entre as estratégias para fortalecer o embate contra a perda de direitos. A liberdade de expressão dos jornalistas também é prioritária.

“Reforçaremos as atividades de defesa da diversidade, bem como o compromisso de combate ao racismo e de promover a equidade racial”, garante o presidente reeleito.

Comissão de Ética - Eleita pela primeira vez no mesmo pleito que a direção do Sindicato, a nova Comissão de Ética também tomou posse na mesma data. Foram eleitos a jornalista Rose Nogueira, e os jornalistas Fábio Venturini, Franklin Valverde, Joel Scala, Rodrigo Ratier.

Atuando como instância independente da diretoria, o papel principal da comissão é trabalhar pelo cumprimento do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, fiscalizar a conduta dos profissionais, receber e apurar denúncias, e ainda julgar as transgressões.

Um dos objetivos da nova composição da Comissão é aprofundar o debate para combater as fake news. Leia mais na pág. 9.

EBC: trabalhadores lutam contra ameaças e desmontes crescentes

“A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), principal expoente do sistema público de comunicação no país, vem sofrendo ataques injustos neste período eleitoral. Os mais incisivos partiram dos candidatos à presidência da República Geraldo Alckmin (PSDB), Jair Bolsonaro (PSL) e João Amoêdo (Novo). Os três candidatos fizeram críticas públicas e já prometeram aos seus eleitores que vão “extinguir” ou “privatizar” a EBC. (...) Tais candidatos querem negar o direito à informação dos cidadãos, inclusive o de buscar uma emissora não orientada pelo lucro e que não esteja atrelada aos mandos e desmandos governamentais? A realidade é

que, na história, nenhum país democrático do mundo abdicou do sistema público de radiodifusão.”

Este é o trecho de uma nota assinada por mais de 50 organizações, inclusive o Sindicato dos Jornalistas de SP, reunidas na Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública (veja em bit.ly/AmeacasEBC).

Desde o golpe em 2016, a EBC tem sofrido um processo de desmonte marcado por censura interna e a perda de seu caráter público, mudanças que a direção chama de “realinhamento da estratégia”. Agora, diversas reportagens tentam desqualificar a sua relevância.

Campanha salarial - A defesa da EBC e da comunicação Pública é também a defesa de seus trabalhadores. As condições de trabalho têm sido precarizadas e o assédio moral é crescente. Diante da incapacidade da empresa em resolver o problema, o Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal recorreu a uma liminar em agosto. Depois da medida, a direção se limitou a enviar um e-mail aos empregados e fez uma palestra.

Alexandre Dlou, da Comissão de Empregados na praça de São Paulo, avalia que essas ações não são suficientes. “O que resolve é quando a denúncia sobre um chefe é

levada e investigada internamente. É difícil acreditar que a direção está comprometida de fato em acabar com assédio moral quando, em outro ponto, ela não trata de maneira legalista nem o processo jurídico da Gratificação de Desempenho de Atividade de Comunicação”, conclui o radialista, lembrando de outro ponto discutido pelo MPT.

É nessas condições que os jornalistas e radialistas das praças em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro iniciaram sua campanha unificada pelo Acordo Coletivo, enfrentando a direção da empresa que tenta impedir a organização e unidade das categorias.

Trabalhadores lutam contra demissões e calote da Abril

Categorias exigem que a bilionária família Civita assuma a dívida trabalhista

Cerca de 300 pessoas encararam muita chuva para manifestar, em frente ao prédio da gráfica na Marginal Tietê, toda a sua indignação contra a manobra jurídica organizada pelo Grupo Abril para não pagar os direitos de 800 funcionários demitidos no início de agosto, de outros 400 que foram dispensados desde dezembro e tiveram suas verbas rescisórias ilegalmente parceladas, e mais 300 jornalistas freelancers que simplesmente não receberam pelo seu trabalho. Prejuízo imposto a 1500 trabalhadores. No mesmo horário, colegas interromperam o serviço e saíram do prédio na Marginal Pinheiros, em forte mostra de solidariedade. Também houve apoio de outras categorias, como radialistas, e da CUT.

A manifestação, em 14 de setembro, mostrou a unidade construída entre jornalistas, gráficos, administrativos



Trabalhadores ocuparam duas pistas da Marginal Tietê, em frente à gráfica da Abril

Cadu Bazilevski

e distribuidores dispensados em massa. As quatro categorias apresentaram sua reivindicação: que a família Civita, proprietária do Grupo Abril, use uma pequena parte de seu patrimônio para quitar as dívidas com os trabalhadores, e os substitua como credores na recuperação judicial (ou seja, sub-roguem a dívida).

As dívidas trabalhistas, somadas, representam menos de 7% do total de R\$ 1,6 bilhão devidos. E apenas 1% da fortuna de R\$ 10 bilhões dos Civita, acumulada ao longo de décadas, a partir do trabalho de jornalistas e de outros trabalhadores do Grupo Abril. "O lucro é dele, mas o prejuízo não é", resumiu o jornalista Bruno Favoretto.



No Morumbi, colegas pararam em solidariedade

Organização coletiva

Desde 6 de agosto, os jornalistas buscaram se agrupar para discutir coletivamente e junto ao Sindicato as ações necessárias para garantir seus direitos. Na primeira assembleia na sede do SJSP, com cerca de 60 presentes, foi eleito um Comitê de Jornalistas Demitidos que tem organizado a batalha junto com a entidade. Em seguida, os freelas (que na recuperação judicial podem ser equiparados aos bancos!) se incorporaram ao movimento.

A jornalista Patrícia Zaidan foi eleita para o Comitê e defende que os Civita assumam a dívida dos trabalhadores e "que a empresa vá se entender com o juiz, com as empresas globalizadas e com os bancos com quem a editora faz negócios".

E foi a partir de uma das primeiras ações dos jornalistas demitidos, com o comunicado público expondo sua situação e pressionando a empresa, que os trabalhadores puderam acessar o Fundo de Garantia e o seguro-desemprego - até então, a empresa se recusava a liberar até isso!

"O que pauta a atuação do Sindicato dos Jornalistas desde sempre é o combate em defesa do emprego em qualquer demissão. No caso específico das 800 demissões, sendo 150 de jornalistas, atuamos de duas formas conjuntas. A primeira é a pressão e a denúncia públicas para que os direitos sejam pagos integralmente o quanto antes. A segunda é organizar os trabalhadores no âmbito da recuperação judicial", explica Paulo Zocchi, presidente do Sindicato e jornalista da Abril. É nesse sentido que o SJSP, junto com os outros 3 sindicatos, já se reuniu com a direção do Grupo Abril e com a administradora judicial da recuperação.

O próximo passo desse combate foi uma audiência pública na Assembleia Legislativa estadual (iniciativa do deputado Carlos Giannazi, do PSOL), em 25 de setembro.

ÚLTIMA HORA: JUSTIÇA ANULA DEMISSÕES

No fechamento desta edição, recebemos a notícia de que um juiz da Justiça do Trabalho declarou a nulidade das demissões feitas pela Editora Abril desde dezembro de 2017.

A decisão determina, entre outras, a imediata reintegração de todos os trabalhadores, com pagamento da remuneração devida desde a dispensa, sob pena de multa diária.

Trata-se de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho, a qual o SJSP integra como assistente litisconsorcial (meio de fazer parte da ação para defender os direitos dos jornalistas).

Cabe recurso da decisão, e o departamento jurídico do SJSP ainda avaliará o impacto sobre a luta dos trabalhadores demitidos.

Acompanhe no www.sjsp.org.br

Saiba mais sobre a recuperação judicial da Abril

O advogado Raphael da Silva Maia, coordenador jurídico do Sindicato dos Jornalistas, explica o que significa a recuperação judicial da Abril e quais os impactos desse processo aos que foram demitidos e aos que continuam trabalhando da editora, entre outros esclarecimentos.



O que significa dizer que a empresa está em recuperação judicial? Como é feito o plano de recuperação?

A empresa estar em recuperação judicial significa estar sob uma intervenção, sob uma fiscalização da justiça. É nomeado um administrador judicial e com esse procedimento, que é claramente para beneficiar a empresa devedora, ela tem as dívidas suspensas pelo prazo de seis meses, que seria o período que a lei prevê para realização de assembleia com os credores arrolados para aprovação de uma forma ou de um plano de pagamento que é feito pela própria empresa. Caso esse plano de pagamento não seja aceito, a empresa pode vir à falência, a recuperação é convolada em falência, esse é o termo legal. Nestes casos, os credores não querem que a empresa vá à falência para que não fiquem sem receber porque, com a falência, o pagamento é muito mais demo-

rado. A empresa em recuperação judicial tem essa garantia de seis meses de suspensão das execuções de dívidas, não pode ter penhora nem nada do tipo, o que facilita para a empresa devedora.

Em entrevista à IstoÉ Dinheiro, o atual presidente da Abril afirmou que “todo mundo vai ter que sofrer. (...) sofrem os credores, porque vamos ter de alongar dívida, diminuir taxas de juros e receber num prazo muito maior”. Quais são os riscos reais e os prejuízos para os trabalhadores dispensados?

Em reunião com a Abril, os representantes da editora afirmaram que entendiam que não era possível e nem legal o deságio dos créditos trabalhistas. Mas em reunião com o administrador judicial e conferindo a lei, não há nada proibindo que haja um deságio das dívidas trabalhistas. Caso o plano de recuperação judicial venha com um deságio e a assembleia aprove, existe, sim, a possibilidade de ser homologado. O que a lei diz é que tem que ser pago no prazo de 12 meses após a aprovação do plano, mas até isso tem sido flexibilizado por se entender que em alguns casos não há a possibilidade de pagar nesse prazo. Realmente, é um prognóstico ruim.

E para quem ficou na empresa, há riscos?

Quem ficou na empresa em tese estaria de certa forma protegido, pois a empresa deveria manter em dia todos os pagamentos, inclusive os trabalhistas. Como a lei concede a recuperação judicial para suspender as dívidas e assim

manter os empregos, a estrutura da empresa, se a editora não cumpre a obrigação primordial, que é pagar salário, em tese também não há motivo para a lei garantir que a empresa fique com suas dívidas suspensas. Em tese deveria manter os pagamentos em dia, mas sabemos que na prática muitas empresas usam o fato de estar em recuperação para postergar pagamentos, ganhar tempo, ameaçar colocar os pagamentos dos trabalhadores na recuperação, fazendo um aditamento do quadro de credores. É uma situação difícil.

De que forma o SJSP vai atuar neste processo?

Em dois aspectos, no jurídico preparando todas as impugnações, divergências, requerimentos, tanto perante a administração judicial quanto ao próprio juiz que são segmentos paralelos. Há questões em nos dirigimos direto ao administrador judicial e outras mais importantes diretamente ao juiz. O outro aspecto é o da organização, de organizarmos os trabalhadores para que, primeiramente, tenhamos uma atuação conjunta na assembleia de credores e para não aprovarmos um plano de recuperação que seja ruim para esses trabalhadores.

Qual a responsabilidade legal dos proprietários com as dívidas trabalhistas de uma empresa em situação normal? Essa questão se altera com a empresa em recuperação judicial?

Num primeiro momento, tecnicamente a responsabilidade é da pessoa jurídica e

que não mistura com a pessoa física. Na Justiça do Trabalho, quando há um processo e a empresa não está em falência, a execução costuma adentrar no patrimônio pessoal se a empresa não pagar. Os juízes do trabalho são menos tolerantes com a consideração da personalidade jurídica e entendem que o mero não pagamento e ter bens da pessoa jurídica para pagar enseja uma ilicitude. Porém, na justiça comum e, principalmente na recuperação judicial, que é uma blindagem da pessoa jurídica, é muito raro impactar na pessoa física. Isso só ocorre se for constado processualmente que houve fraude, confusão patrimonial, desvio. De certa forma, a recuperação blinda o patrimônio.

Jornalistas de outras editoras podem ser prejudicados

A recuperação judicial do Grupo Abril teve um impacto sobre o mercado editorial cujas proporções ainda não foi possível medir. Editoras que eram clientes da Dinap, distribuidora de revistas, viram suas receitas de venda em banca serem retidas pela Abril e depois passarem a compor o conjunto de dívidas congeladas pela recuperação judicial, o que ameaça o futuro dessas empresas e de seus trabalhadores.

O SJSP está atento à situação e pede aos jornalistas contratados nestas editoras que comuniquem ao sindicato qualquer problema em decorrente dessa situação.

“É MUITA INDIGNAÇÃO”

Cerca de 1.500 trabalhadores prejudicados pela Abril compartilham este sentimento. Alguns deles relataram ao Unidade como têm enfrentado a situação

Cadu Bazilevski/SJSP



Bruno Favoretto, 36 anos, ex-jornalista da revista Viagem e Turismo: “O lucro é dele, mas o prejuízo não é. (...) Há cerca de três meses no prédio de Pinheiros, o Giancarlo Civita nos chamou para falar que não ia ter mais corte nenhum, que o que ia ter já tinha acontecido, que a partir dali teria investi-

mentos e que seria uma ‘nova fase’ na qual ele seria o presidente. Quando questionaram sobre a dívida da Abril, ele teve a pachorra de dizer que ‘dívida grande não se paga. Quem tem que pagar são vocês, que têm que pagar conta de luz’. O Civita diz que não tem que pagar a dívida, mas você tem que pagar. Agora, na recuperação judicial, nos enquadrou como credores, quer dizer, eu sou a mesma coisa que o Itaú. Essa recuperação judicial foi um golpe. Mentiram, mentiram, mentiram”.

Hércules Lopes, 44 anos, foi gráfico na Abril por 25 anos:

Acervo pessoal



“Nunca pensei que essa empresa pudesse fazer esse tipo de sacanagem, dar o golpe e não nos pagar. Estou indignado e, desde então, não consigo fazer mais nada no meu dia a dia. Só conseguimos pensar no dinheiro que temos aqui e poderíamos estar empreendendo, procurando emprego, pagando contas. (...) Agora a Abril vem dar esse cala-a-boca de que vai depositar até R\$ 15 mil, e isso é brincadeira. R\$ 15 mil depois de 25 anos de trabalho? Isso é 10%, 12%, 15% do montante que a maioria aqui tem para receber.”



Fernando Souza, 44 anos, jornalista, ex-editor da revista Viagem e Turismo. Entrou na Abril em 2000: “O fim de algumas publicações já era esperado. Isso

já havia sido dito e é um movimento que não é só da Abril, mas a gestão ruim da empresa ajudou a levar a esse cenário. O que foi mui-

to complicado e bastante imoral por parte da Abril é que fomos comunicados pelo RH com uma data de homologação dizendo que receberíamos de forma parcelada. Primeiro a Abril disse que ia ‘dar’ um mês de salário bruto porque ia parcelar nossa rescisão, quando na verdade ela tinha que fazer isso por lei. (...) Depois, soubemos do pedido de recuperação judicial, ou seja, a Abril mentiu para os 800 funcionários. Recebi essa notícia com bastante indignação, não podia ser de outra forma”.



Patrícia Zaidan, 58 anos, foi redatora-chefe da revista Claudia e ficou 19 anos na Abril: “Ninguém imaginou que a demissão atingisse tanta gente e que

desse um tiro no coração do jornalismo feminino brasileiro porque, dos oito títulos fechados, 11 eram dirigidos às mulheres. Foi terrível para a mão-de-obra feminina porque, desses veículos fechados, 90% da mão de obra era de mulheres e, sobretudo, para o público femi-

no. As revistas da Abril tinham um papel muito importante na história da emancipação da mulher, acompanhando todos os avanços das mulheres ou noticiando esses avanços, propondo discussões ou até mesmo participando deles. (...) Quando a Justiça aceitou o pedido de recuperação judicial, vimos consolidado ali um golpe terrível na mão de obra porque nos tratar como credores é de um absurdo terrível. Nós não somos credores, somos trabalhadores, nossa única fonte de sobrevivência é o salário. (...) Desde então, meu dia a dia não tem sido de desempregada, mas tem sido de muita luta, muita resistência”.

Repórter fotográfico freelancer dispensado pela Abril

“Antes da recuperação judicial, eu estava há pelos menos três meses sem receber nada por um dos trabalhos. (...) É muita indignação porque foi tudo muito calculado, como essa de ‘perder’ as notas [fiscais] ou dizer que não chegaram. Como trabalho com meu lado criativo, desde que recebi essa notícia do calote, não consigo produzir porque estou correndo atrás do Sindicato, do gerente do banco, tenho que ver como trabalhar, ver que amigo pode ficar com minha filha quando ela volta da escola. Tudo isso vai te podando, enfraquecendo por todos os lados, principalmente o financeiro, com todo um estresse que gera. É muito desolador para todo mundo, afeta muito emocionalmente. O que estou fazendo agora é ficar perto do Sindicato para fortalecer a luta dos freelancers depois de mais de cinco anos dedicados à Editora Abril”.

Leia a íntegra das declarações em bit.ly/MuitaIndignacao

**OS JORNALISTAS
DEMITIDOS
LANÇARAM UM
INSTAGRAM:**



@ABRILCOMFOME

Sindicato precisa de você para continuar existindo!

Já pensou negociar sozinho com o patrão?

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, um dos mais antigos do país, precisa do apoio de todos para manter a sua luta em defesa de nossas condições de trabalho, salários e do próprio jornalismo.

No último período, a entidade busca aumentar a organização dos profissionais para enfrentar coletivamente os prejuízos da "reforma" da CLT. Recentemente, categoria e sindicato impediram que empresas de Rádio e TV retirasse pagamentos de horas extras, (que poderiam gerar reduções salariais de até 40%), evitaram demissões sem acordo de quem volta da licença-maternidade ou está prestes a se aposentar, entre outros. Neste instante, luta pelos direitos de centenas de jornalistas e familiares de demitidos da Editora Abril, e de freelas dispensados.

Nesta história que começou em 1937, o SJSP já conseguiu, em unidade com o movimento sindical, a regulamentação da profissão, a jornada de cinco horas, o registro profissional, férias e descanso semanal. Liderou greves. Enfrentou as ditaduras do Estado Novo e 1964. Denunciou violência e agressões, como o assassinato do colega Vladimir Herzog, em 1975.

O sindicato não representa a categoria apenas à mesa de negociação com empresários de comunicação, mas se necessário ajuda quem não consegue acordo, e não tem recursos, a buscar seus direitos na Justiça. Quem entra na sua sede encontra muito da história de luta do jornalismo brasileiro. Tem o auditório Vladimir Herzog, a redação Narciso Kalili, do jornal Unidade, por onde passaram e ainda passam grandes da envergadura de Zé Hamilton Ribeiro, Rose Nogueira e Audálio Dantas.

Foi aqui que, em 2013, funcionou a Comissão da Verdade e Justiça dos Jornalistas paulistas, coordenada por Milton Bellintani, para investigar não só Herzog, mas outros 23 profissionais assassinados pelo regime militar. É este lugar que não pode morrer.

Neste momento, nosso sindicato, que há 81 anos luta pela categoria, está ameaçado.

Como é o financiamento da entidade

Até o início de 2017, o sindicato se sustentava basicamente a partir de três fontes de receitas. A distribuição, em média, era: 34% de mensalidades, 30% de contribuição assistencial e 26% de imposto sindical. Os demais 10% eram de entradas diversas. Já en-



PAGAMENTO DE MENSALIDADE FICOU MAIS FÁCIL

A partir de agora, há mais uma possibilidade de pagamento da mensalidade ao SJSP.

**R\$ 58,00^{mês}
CAPITAL**
pag.ae/bkDvv0m

**R\$ 34,00^{mês}
INTERIOR E GRANDE SP**
pag.ae/bgDvwJ5

tão, tentávamos aumentar a receita das mensalidades, que representam o apoio voluntário dos jornalistas, e depender menos das outras duas fontes.

A contribuição assistencial, cobrada de todo jornalista não sindicalizado nas empresas onde havia Acordo ou Convenção Coletiva, tinha e tem uma justificativa: todos usufruem dos direitos e conquistas nas negociações com os patrões. Quanto ao imposto sindical, a direção do sindicato é contra sua cobrança, mas, por causa de grandes dívidas herdadas, relativas ao Plano de Saúde que existiu entre 1999 e 2003, também não havia conseguido abrir mão desses recursos.

A partir da Reforma Trabalhista, com o fim do imposto sindical obrigatório e as mudanças na contribuição assistencial, a receita diminuiu em cerca de 60%.

Para evitar um colapso imediato, houve uma redução de mais da metade do número de funcionários no estado, que

passou de 29 para 13 ainda em 2017, o que dificulta muito a atuação, principalmente no interior.

A saída é a contribuição dos jornalistas!

Para reverter essa situação, é necessário que a própria categoria decida assumir a manutenção do sindicato. Nesse esforço, a atual diretoria criou uma comissão interna especialmente para discutir uma série de iniciativas de arrecadação.

Mas o central é a sindicalização massiva dos jornalistas. Nos últimos anos, mesmo com centenas de novos colegas se associando, também há vários que deixam a entidade. Os motivos variam, mas o principal é o grande número de demissões que tiram do jornalismo, e com isso do sindicato, muitos profissionais.

Ajude a manter essa história de luta viva, fortaleça o Sindicato! Se você não é filiado, associe-se! Se já é, fique atento às iniciativas que serão divulgadas nos próximos meses.

PEÇA A SUA CARTEIRA DE JORNALISTA AQUI!
SINDICALIZE-SE E DEFENDA SEUS DIREITOS!



Sindicato dos JORNALISTAS PROFISSIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO
FENAJ
CUT

“A apuração é a alma do jornalismo”

Membro da nova Comissão de Ética, Franklin Valverde fala dos desafios

Roberto Parizotti



Com quase quatro décadas de jornalismo, Franklin Valverde, 59, é presidente da Comissão de Ética do Sindicato dos Jornalistas que comece um novo mandato com o desafio de aprofundar a discussão sobre os riscos das notícias falsas, bem como retomar os debates para criação do Conselho Federal de Jornalistas.

Também poeta e professor de jornalismo, é mestre em literatura hispano-americana e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Sindicalizado há 35 anos, foi diretor do SJSP nas gestões de 2003 a 2009 e depois de 2012 a 2015. “Sempre fui um cidadão militante. Fiquei um tempo afastado das atividades do Sindicato, mas retomei há três anos, quando passei a integrar a Comissão porque, até como professor de jornalismo, essa questão da ética está muito vinculada a nossa prática profissional, ao ensino, e isso me trouxe de volta ao SJSP”, afirma.

Na entrevista, Valverde fala do papel da Comissão, sobre a importância do diploma para

a ética jornalística e ressalta a importância da apuração, outro desafio em meio à velocidade exigida no jornalismo.

Qual o papel e os objetivos da Comissão de Ética dos Jornalistas?

Visa zelar pela ética na profissão atuando quando a Comissão é instigada a dar alguma declaração, a julgar um caso de desvio ou quando a ética profissional tenha sido comprometida. Tem o objetivo de julgar essa infração com relação à prática profissional à luz do nosso Código de Ética, e de zelar pelo cumprimento do código. Como não temos um conselho profissional dos jornalistas, isso limita a ação da Comissão porque não temos a força legal que tem outras comissões de ética como a dos médicos e dos advogados, categorias que têm um conselho profissional registrado autarquicamente, mas temos sim uma força moral, conquistada pelos votos dados pela categoria. Quando há um conselho registrado e o profissional tem qualquer

atitude antiética, ele é punido dependendo do grau da infração, com advertência, suspensão, entre outros. No caso dos jornalistas, a pena máxima é ser expulso do quadro de associados do Sindicato dos Jornalistas. Se não for sindicalizado não tem efeito algum, o jornalista continua desempenhando sua profissão e poderá continuar cometendo outros delitos e atitudes antiéticas.

Como está a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalistas?

Legalmente, anos atrás, quando houve a tentativa de formar o conselho, a iniciativa foi barrada no Congresso Nacional porque era para a criação de uma autarquia, que é o que daria peso de uma regulamentação para punir e até impedir o exercício profissional aos que agem de forma antiética. O conselho é uma das bandeiras da categoria e isso é colocado na pauta dos jornalistas, mas no momento de crise que estamos, e com os sindicatos com inúmeras demandas para garantir vagas e condições de trabalho, a questão não é pautada como deveria. É preciso retomar e esse é um dos aspectos em que a Comissão eleita pode atuar, o de reinserir a necessidade de um conselho, de mostrar à sociedade qual o papel social de um jornalista. É uma das tarefas que estamos nos colocando.

E quanto à ética jornalística diante da velocidade exigida pela internet?

Nessa velocidade de querer furar, muitas vezes as in-

formações são publicadas de forma errada, e isso é uma coisa que nós jornalistas precisamos refletir. Será que vale a pena correr para dar informação? Não vale mais a pena perder 10 ou 15 minutos e checar se aquela informação está correta do que publicar uma correção depois? A apuração é a alma do jornalismo, assim como a checagem. Vamos fazer isso voltar a ser fundamental porque há uma série de veículos que atropelam para ser o primeiro a publicar e, depois, soltam uma notinha qualquer ou fazem uma correção mal feita, mas quando o estrago já está feito. Muitas pessoas nem vão ver essa correção, acabam replicando e viralizando as informações erradas. Se uma informação não está correta, vamos apurar mais até encontrar para ser publicada e divulgada de forma fidedigna, e não para ser o primeiro, mas para ser o melhor, com uma informação séria.

De que forma a Comissão pretende atuar quanto às fake news?

Pretendemos atuar de uma forma pedagógica para que a sociedade saiba diferenciar o que é jornalismo do que é fake news. Vemos muitas pessoas “comprando” certas notícias como se fossem jornalísticas, mas que, na verdade, ou são fake news, ou são ficção ou é humor. Pretendemos ter esse papel de esclarecer à sociedade sobre o que é o jornalismo, de despertar nos cidadãos e cidadãs o que se pode ou não confiar.

A dica é: antes de qualquer coisa, desconfie.

Nos jornais e revistas da capital, jornalistas garantem acordo

Reajuste foi de 2%. A categoria conseguiu preservar a Convenção Coletiva e o direito à jornada especial para os trabalhadores em home office

Nas redações dos principais jornais e revistas da capital, entre 17 e 20 de setembro, 88% dos jornalistas que participaram do plebiscito da campanha salarial foram favoráveis ao acordo para reajuste de 2% sobre os salários e cláusulas econômicas e renovação da Convenção Coletiva de Trabalho. Para empresas onde não há programa de Participação nos Lucros e Re-

sultados, foi mantida a multa de R\$ 776,22 a ser paga em dezembro.

Sob a vigência da "reforma" trabalhista e o impacto da crise na Abril, a negociação foi marcada pela tentativa das empresas de retirar ou piorar direitos dos jornalistas (eram 13 itens que o sindicato patronal propôs excluir ou limitar) mas a categoria resistiu. A Convenção Coletiva foi pre-

servada, com poucas alterações.

Uma conquista importante foi a nova cláusula que garante o respeito à jornada e quem trabalha em *home office*. Ou seja, a convenção passou a proteger o jornalista frente a um ponto da "reforma" trabalhista, o qual afirma que o trabalhador dessa modalidade não tem direito ao controle de jornada e horas extras.

Porém, houve alteração na cláusula de adicional de 40% por acúmulo de função e exclusão da cláusula de homologação no Sindicato, como resultado direto da "reforma" da CLT (o demitido, sindicalizado ou não, deve procurar o SJSP para conferência das verbas).

Confira os detalhes e acesse a íntegra da nova Convenção Coletiva em:

bit.ly/CCTCapital18-19

Interior e litoral: Sindicato aguarda resposta dos patrões

A Campanha Salarial de Jornais e Revistas do Interior e Litoral começou em junho e teve quatro rodadas de negociação até o final de agosto, quando os jornalistas entregaram uma contraproposta reivindicando reajuste de

2,8%, sendo 1,76% para reposição da inflação e 1% de aumento real. Até o fechamento desta edição, os empresários ainda não haviam respondido nem agendado outra reunião, e não mexeram na proposta de 0% de reajuste.

Os jornalistas também querem a manutenção das condições de trabalho e a preservação das cláusulas da Convenção Coletiva, como a Participação nos Lucros e Resultados. Frente à intenção dos patrões de implantar banco de horas

com prazo de seis meses para a compensação (graças à "reforma" da CLT), os jornalistas querem vedar o acordo individual e limitar a compensação em 60 dias, com cada 1h trabalhada dando direito à compensação de 1h30.

ONDE ESTÃO OS NEGROS?

Por Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial

A invisibilidade das pessoas de cor preta e parda nas colunas de jornais e revistas

O número de colunistas negros nos principais jornais é bastante reduzido. O *Globo* é o jornal que mais possui negros como colunistas e eles são apenas 9% do total. A *Folha* tem 4% de colunistas negros e o *Estadão* apenas 1%, segundo levantamento feito pelo GEMAA (Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ações Afirmativas) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj). Não ter vozes pretas nos principais jornais, num país de 112 milhões de negros ou 54% da população,

demonstra que os espaços de fala ainda refletem o racismo intrínseco na sociedade.

Vale lembrar que a falta de diversidade de pessoas negras na imprensa também faz com que as experiências relatadas por esses colunistas, na maioria brancos, não retratem pautas do povo negro, como racismo, inclusão e genocídio da juventude periférica. Além disso, o número de intelectuais negros disponíveis para comentar temas diversos é visível e crescente.

A falta de corpos negros está

sendo cada vez menos aceita. Um dos exemplos foi a revista *piauí*, que depois de anunciar seu time de colunistas para comentar as eleições de 2018, foi criticada por não ter pessoas negras. O site da revista remediu convidando Suellen Guariento, mulher negra para falar sobre desigualdades raciais, dentre outros temas.

Nas redações, essa presença também é pequena. Uma pesquisa feita em 2013 pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) mostra que apenas 23% dos jornalistas brasi-

leiros se autodeclararam negros e 1% indígenas. A adoção de cotas, nesse caso, parece se fazer necessária, assim como houve em outros setores, como o bancário. Mas nem jornais nem revistas parecem estar dispostos a realizar essa política de ação afirmativa.

Colaboração de Juliana Gonçalves e Guilherme Soares Dias

A coluna visa tratar de questões raciais, de gênero e de identidade no jornalismo. Mande sua sugestão para unidade@sjsp.org.br

Greve histórica em Campinas

Jornalistas em greve do Correio Popular aprovam acordo que garante o pagamento dos atrasados; luta passa dos duzentos dias

Depois de mais de sete meses em greve lutando para receber salários e benefícios atrasados, os jornalistas da Rede Anhanguera de Comunicação (RAC), de Campinas, aprovaram um acordo em negociação com a empresa. No fechamento desta edição, acordo ainda não havia sido assinado, e o retorno ao trabalho só acontecerá depois.

Já são mais de 200 dias de mobilização, que começou no último dia 14 de fevereiro após dois anos nos quais os profissionais vinham enfrentando constantes atrasos de pagamentos, até que a RAC finalmente apresentasse uma proposta para quitação dos débitos. O grupo de comunicação é responsável, entre outros, pelos jornais Correio Popular, Notícia Já e Gazeta de Piracicaba, pelas revistas Metrópole e VCP News, e pelo portal RAC.com.

O acordo foi aprovado pelo conjunto dos trabalhadores em 21 de setembro em assembleia convocada pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), após debate favorável entre os grevistas. A empresa reconheceu a dívida que envolve o 13º do ano passado, mais metade do pagamento de fevereiro, os salários de março a agosto e benefícios de todo o período, no caso dos grevistas. O período de fevereiro até abril será pago em até 15 dias após a assinatura do acordo e os trabalhadores que cruzaram os braços terão 90 dias de estabilidade de emprego.

Tanto para os grevistas quanto para os profissionais que não aderiram à parali-



Protesto realizado na Praça da Catedral.

sação, o saldo da dívida será pago em 20 parcelas mensais, corrigidas pela inflação (INPC) do mês anterior. Em caso de descumprimento, a RAC terá que pagar multa diária de R\$ 500 por trabalhador. A rede também se comprometeu a dar continuidade ao pedido de parcelamento do Fundo de Garantia junto à Caixa Econômica Federal, pois os atrasos se arrastam desde 2014.

Empresa intransigente e Justiça morosa

Por unanimidade, o TRT15-Campinas reconheceu a legitimidade do movimento e determinou que a rede quitasse os débitos, porém o dissídio coletivo de greve só foi julgado em 9 de maio, 84 dias após o início da paralisação. O prazo para quitação da dívida terminou no dia 24 do mesmo mês, mas a rede solicitou embargos de declaração, meio jurídico pelo qual a empresa pediu esclarecimentos sobre a sentença e, como o processo voltou ao relator e aos desembargadores que julgaram a ação, na prática a RAC ganhou tempo para protelar ainda mais os pagamentos.



Nice Bulhões

“Sustentar uma greve parcial com pressão de todos os lados e ainda a morosidade da Justiça do Trabalho não é tarefa fácil”, avalia José Eduardo de Souza, secretário do Interior do SJSP.

Durante todo o período da greve, apesar do volume e do tempo da dívida, a empresa demonstrou descaso e intransigência com a situação. Na primeira audiência no TRT15-Campinas, em 28 de fevereiro, não houve acordo porque a proposta da RAC foi a de pagar somente o vale alimentação em atraso até o dia 9 do mesmo mês e ainda queria que os grevistas voltassem ao trabalho para retomar a negociação após 30 dias. Rechaçada prontamente, a proposta foi classificada como “indecente” pelos jornalistas.

Diretor do SJSP na Regional Campinas, Agildo Nogueira Júnior conta que “mesmo antes da greve, nós procuramos a empresa o tempo todo para dialogar e a RAC nunca quis, numa postura agressiva no sentido de ‘deixa ir para Justiça’. Foi uma postura retrógrada, ultrapassada, do século

XIX, não dialogar com o trabalhador”, critica o sindicalista.

Movimento é exemplar

Em entrevista ao Unidade, um dos grevistas fez um balanço da paralisação e avalia que o acordo conquistado “foi o possível e não o ideal”, pois considera que a empresa deveria quitar a dívida imediatamente e não de forma parcelada. Contudo, os mais de sete meses de mobilização, mais do que uma greve histórica, são exemplo para toda a categoria. “Aprendemos muita coisa nesse processo. A greve é uma coisa muito complicada, tem estresse, tem horas de divergências, mas também une muito, faz você observar o outro, ver o sacrifício e ver o que o outro precisa. O saldo final mostra união, mostra força e que a categoria pode ir mais longe quando ela se une”, afirma.

O jornalista completa que “greve não é uma coisa radical, é um direito e que deve ser respeitado por todos. É um direito que os jornalistas têm que aprender, e que um grevista não pode ser queimado pelos amigos nem ser visto como alguém que quer prejudicar a empresa, ao contrário, pois estamos lutando pelo direito de todos. A greve é instrumento legítimo do trabalhador. Espero que ele sirva para um início, para que quem está na RAC, para os trabalhadores pensarem, se estruturem e não deixarem que os abusos voltem a acontecer. Espero que isso sirva de exemplo para os jornalistas, da nossa categoria, de que é preciso lutar”, conclui.

GREVE DA RAC: RESISTÊNCIA

Veja imagens dos sete meses de luta dos grevistas da Rede Anhanguera de Comunicação contra os atrasos de salário.



Após julgamento por unanimidade, profissionais comemoram sentença que reconheceu legitimidade da greve

A greve dos jornalistas da Rede Anhanguera de Comunicação (RAC), que publica o *Correio Popular* e o *Notícia Já*, de Campinas, entre outras mídias, entra para a história do jornalismo no estado de São Paulo. São mais de sete meses de luta pelo pagamento de salários e benefícios, depois de dois anos em que os profissionais enfrentaram constantes atrasos, até que no final de setembro a RAC finalmente apresentou uma proposta para quitar a dívida com seus trabalhadores.

Aqui destacamos nas imagens nossa homenagem à resistência e à união dos jornalistas aguerridos no embate por seus direitos, pois a greve é um direito dos trabalhadores.



Protestos na Câmara Municipal

Gustavo Tilio



Protesto no centro de Campinas

Roberto Claro



Lilian Parise/SJSP



Leticia Ferracioli/TRT-15

Julgamento que reconheceu legitimidade da greve



Cadu Bazilevski

Feijoada Solidária para arrecadação ao fundo de greve